

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO 2020



Libertando um povo sofrido da pobreza.

O Semiárido Brasileiro é uma região de características únicas. É o único semiárido tropical do planeta, coberto, em grande parte, pela vegetação de caatinga. Os índices pluviométricos que marcam sua geografia trazem, para aqueles que se dispõem a viver ali, sejam homens ou animais, as dificuldades da falta de água.

No entanto, há inúmeras vantagens naturais que não podem ser esquecidas. A quantidade e constância da presença da luz solar durante o dia e as noites amenas, sem as baixas temperaturas que ocorrem em outros semiáridos, tornam a região propícia para o desenvolvimento excepcionalmente produtivo de diversos cultivos, desde que o solo seja preparado e haja irrigação. Geração de energia termossolar e também a eólica, decorrente dos ventos fortes e constantes em muitas de suas partes, podem ser impulsionadoras da economia. Belezas naturais abundantes são fortes incentivos ao turismo. Recursos minerais de muitas origens podem ser explorados, gerando riqueza. E o São Francisco, o Nilo Brasileiro, se bem cuidado e fortalecido, pode ser explorado para o escoamento de produtos e transporte de passageiros.

Enfim, o Semiárido Brasileiro, que vive, há 300 anos, a emergência mais longa da história da humanidade, que vive a era do carro-pipa, mas já viu passar trens-pipa e até mesmo carros-de-boi-pipa, não quer esperar para que venham os drones-pipa ou os foguetes-pipa. O Semiárido Brasileiro quer se libertar da dependência econômica, que transforma o seu povo sofrido em verdadeiros reféns das esmolas de governos e chefes locais e passar a ser uma região desenvolvida, que reparte e exporta a riqueza produzida pelo trabalho de seus habitantes.

O que foi feito? O que fazer?

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), criada em 1974, mas cujas origens remontam à Comissão do Vale do São Francisco (1948), vem trabalhando na busca de soluções há décadas.

Um importante esforço foi feito no final da década de 1990 quando, amparado em estudos anteriores e em resultados de uma consultoria especialmente contratada, foi elaborado o "Projeto Semi-árido – um Plano de Vida, no Curso das Águas". Foi concluído em 2002 e apresentado ao Governo Federal no início de 2003. O Governo de então, de um partido que havia chegado ao poder pela primeira vez, não viu interesse em desencadear o plano, pois aquela região havia sido escolhida para que ali se experimentassem os programas de auxílio social previstos. Uma região desenvolvida não seria propícia para tais experimentos. E o Semiárido ficou como estava, por mais dezesseis anos.

Em 2019, tomou posse um governo com outras ideias. Ao mesmo tempo, foi criada, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido, com deputados federais e senadores de todos os partidos, unidos na busca de soluções para a Região. E, por iniciativa da Frente, liderada pelo Deputado Federal General Girão (PSL-RN), foi desarquivado o antigo "Projeto Semi-árido", renomeado para Plano de Desenvolvimento do Semiárido e apresentado ao Governo Federal.

A acolhida foi instantânea. Imaginando fazer um evento significativo para a atualização e lançamento do Plano, foi convidado, para sua realização, o Instituto Sagres – Política e Gestão Estratégica Aplicadas, organização da sociedade civil de interesse público com mais de 15 anos de experiência.

O que é o Plano de Desenvolvimento do Semiárido – PDS

Como o nome diz, é um plano desenvolvimentista. Não prega o fim dos auxílios sociais, mas sua paulatina diminuição, à medida que a população conquiste emprego de qualidade e renda. E é um plano que traz, em seu bojo, a predominância de investimentos privados, mediante concessão de exploração da geração de energia, de áreas agricultáveis, de hidrovias e de prestação de serviços.

Sua base está no aumento da vazão do Rio São Francisco, que deverá receber águas provenientes de bacias doadoras e, na época da seca, de barragens a serem construídas em importantes afluentes e que as acumularão na época das chuvas.

O fluxo dessas águas deverá, por si só, proporcionar a geração de uma quantidade de energia equivalente a 15% da gerada, hoje, em Itaipu. Algo, portanto, muito significativo. Proporcionará, também, a navegação permanente em enorme trecho do São Francisco, via natural para escoamento de produção mineral e agropecuária, além de atrativo turístico. E, principalmente, proporcionará a utilização, para fins econômicos, em vasta área, por meio de rede de canais muito mais complexa que a existente hoje, o que vai alavancar a pecuária e a agricultura irrigada.

O PDS, porém, não é apenas um plano hídrico. Está previsto o estudo, em treze eixos temáticos, das consequências da chegada da água. O semiárido deixa de ser uma região dependente de auxílio e passa a ser importante produtor, rivalizando com centro-oeste e sudeste.

O Fórum de Desenvolvimento do Semiárido 2020 (FDS 2020) – Oportunidades de Investimentos

Previsto para ocorrer na Cidade de Mossoró, Capital Nacional do Semiárido (Lei nº 13.568, de 22 de dezembro de 2017), nos dias 3, 4 e 5 de dezembro do corrente ano, o Fórum pretende aproximar empresas, investidores, organizações de produtores, embaixadas, entidades internacionais de fomento, startups, universidades, aceleradoras e incubadoras, entre outras entidades, da realidade e dos desafios para o desenvolvimento sustentável do Semiárido Brasileiro, discutindo soluções e apresentando oportunidades para o fomento de investimentos privados em diversos setores da economia.



Deverá contar, na abertura, com a presença do Presidente da República. Como palco, foi escolhido o Teatro Municipal de Mossoró que, atendendo aos cuidados devidos à pandemia, terá sua capacidade reduzida para apenas 300 pessoas. Na Estação das Artes, ao lado do Teatro, em amplo espaço aberto, ocorrerá a Feira do Semiárido, onde patrocinadores e expositores ligados ao semiárido poderão divulgar seus trabalhos e produtos.

A Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) cederá suas instalações para as discussões, onde os treze eixos temáticos terão a atenção de especialistas e autoridades, que detalharão propostas e atualizarão o PDS.

Como fruto do trabalho, se pretende apresentar, ao Congresso Nacional, nos primeiros meses de 2021, o projeto da Lei de Desenvolvimento do Semiárido, que pretende dar segurança e direção para os investimentos a serem feitos, balizando temas como as questões ambientais, fundiárias, fiscais e definindo as responsabilidades dos principais atores envolvidos.

Realização:	Coordenação:	Apoio:	Patrocinio:
Apoio Internacional:	Patrocinio:	Organização:	Apoio Institucional: